

**Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007**

**LUTAR, ANOTAR E LEMBRAR – Uma reflexão sobre a produção da memória dos
movimentos populares e suas possibilidades de pesquisa**

Mariana Esteves de Oliveira*

Resumo: No texto que se segue, procurei esboçar algumas questões referentes aos processos da produção e rearticulação da memória dos movimentos populares do pós 1964 ao problematizar a existência e a utilização dos acervos e centros de documentação desses movimentos sociais e de instituições que abrigam as memórias de lutas desses grupos. Nesse sentido, observo a objetivação desse campo de lutas por parte dos próprios sujeitos e os processos contemporâneos que visam à reorganização dos acervos como medida de instrumentalização dos documentos produzidos pelas experiências dos anos 1970 e 1980 tanto por parte dos movimentos populares quanto dos pesquisadores, entendendo, *a priori*, esse campo de discussão em formação como um espaço da disputa pela memória, operada entre as histórias de lutas e contradições e a memória oficial.

Palavras chaves: Movimentos Populares, Memória, Centros de Documentação.

Abstract: In the text that if follow, looked for to sketch some referring questions to the processes of the production and new joint of the memory of the popular movements of the one after 1964 and to question the existence and the use of the quantities and centers of documentation of these social movements and of institutions that shelter the memories of fights of these groups. In this direction, I observe the rationalization of this field of fights on the part of the proper citizens and the processes contemporaries who aim at the reorganization of the quantities as measured of practical use of documents produced for the experiences of years 1970 and 1980 in such a way on the part of the popular movements how much of the researchers, understanding, initially, this field of quarrel in formation as a space of the dispute for the memory, operated enters histories of fights and contradictions and the official memory.

Key words: Popular movements, Memory, Centers of Documentation.

A história dos novos movimentos sociais não é mais um hiato na produção acadêmica das ciências humanas. O conflito, a disputa, a contradição, os sucessos e fracassos, as ações de homens e mulheres, sujeitos comuns, nas perspectivas da História Social, Política e Cultural, abarrotam dossiês de renomadas revistas científicas desde que, no pós 1964, os “novos personagens entraram em cena”. Homens e mulheres, antes calados pelo elitismo político/acadêmico, hoje “soltam o verbo” e revelam como resignificaram os conceitos de ‘política’ e ‘ação social’ a partir das suas experiências de lutas por demandas as mais diversas possíveis.

* Mestre em História Política e Movimentos Sociais pelo PPH da UEM e professora dos departamentos de História das FIRB e da UFMS.

Nesse processo, a historiografia da resistência pós 1964 ganhou vultosa contribuição das Ciências Sociais, sobretudo da Sociologia, da Ciência Política e da Antropologia. Todos queriam reescrever o mundo social dando voz aos grupos que agora se revelavam sujeitos da história, na perspectiva renovada e heterodoxa de uma luta de classes embricada ao gênero, à etnia, aos aspectos culturais, sociais, políticos e até ecológicos.

Na pesquisa intitulada “*O grito abençoado da periferia: trajetórias e contradições do Iajes e dos movimentos populares na Andradina dos anos 1980*”, defendida em 2006 no Programa de Mestrado em História da UEM, estudei as trajetórias de uma entidade eclesiástica progressista – o Iajes¹ – que, a partir dos anos 1970, abrigou e organizou diversos grupos populares que se constituíram como movimentos sociais tais como: Movimentos de Mulheres, de Bairros, pela Saúde, Negro, entre outros, na cidade de Andradina, interior de São Paulo.

De forma resumida, podemos perceber a emergência do Iajes e desses movimentos populares como um processo de resistência em face à repressão política, social e econômica dos “anos de chumbo”, ao mesmo tempo em que eles também resultam das próprias experiências das lutas cotidianas que têm suas origens nos tempos mais remotos, em um contexto regional matizado pela problemática da expropriação dos pequenos agricultores quando da formação das pastagens na região de Andradina, pólo pecuário (e conhecida nacionalmente como *terra do rei do gado*). Assim, a partir de meados dos anos 1970, a entidade iniciou um trabalho de conscientização sociopolítica popular na periferia da cidade com a organização de movimentos populares bastante interligados entre si através do que chamou de educação popular libertadora. Nesse processo, a entidade criou um ambiente político fervilhante nos espaços comunitários, cresceu com a criação e a aglutinação de uma diversidade de lutas e com um cotidiano dinâmico de enfrentamentos e de intensa sociabilidade, por meio de um conjunto de ações e experiências ricas e contraditórias que alimentaram o crescimento do papel político da periferia e estabeleceram novas formas de atuação, como o Partido dos Trabalhadores, os Conselhos Municipais e muito mais.

Inspirados pela retórica da Libertação dos intelectuais da ala progressista da Igreja Católica, esses sujeitos constituíram-se como agentes sociais e políticos que participaram, ativamente, do processo de redemocratização do país, por meio de um trânsito intenso e dinâmico pelos campos político, social e religioso². Nesses campos, também encontraram os seus limites e as suas frustrações, sobretudo ao final dos anos 1980 e início da década de

¹ Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor.

² Sobre a noção de “campo” utilizada por mim, ler: BOURDIEU, 2000.

1990, quando entraram em um declínio tão intenso quanto foi sua emergência. Na pesquisa, limitei-me a apresentar essas experiências à academia, contar suas histórias, trajetórias e contradições, e esboçar algumas considerações e análises sobre um processo que se revelou tão rico e dialético quanto os próprios resultados dela.

Assim, a história dos Iajes e dos movimentos populares que organizou somou-se a outras tantas experiências que, analisadas à luz das *História Política Renovada* e *História Social Vista de Baixo pra Cima*, formam um amplo conjunto da historiografia renovada – e diga-se, *thompsoniana* – a respeito da chamada “nova esquerda” e que, por isso, tem como objeto dileto, os “novos movimentos sociais”.

Mas vale dizer que, para que esse processo culminasse no grande número de teses e dissertações que se constata, os pesquisadores se valeram da ampliação bastante considerável do universo das fontes documentais do campo historiográfico que, muitas vezes, fora produzida no próprio bojo dessas experiências. Em outras palavras, é a partir dos próprios acervos e centros de documentação dos movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, associações e igrejas, que o pesquisador encontra as fontes em que se torna possível ouvir as vozes desses sujeitos comuns, homens e mulheres nas suas lutas cotidianas e que, nas fontes ditas oficiais, constituem-se como uma lacuna ou um silêncio sintomático. São, portanto, os documentos produzidos pelas próprias experiências (e as próprias “vozes” dos sujeitos – no caso das pesquisas em história oral), que constituem as principais fontes de historiadores e cientistas sociais dispostos a compreenderem esse processo de resistência que, apesar de bastante estudado, mantém-se como um objeto a ser desvendado pelos intelectuais interessados em uma história *a contrapelo*.

Apesar da importância desses acervos e centros de documentação em cujas experiências os intelectuais se debruçam, pouco se discute sobre os processos de produção dessa documentação, que muitas vezes se revela rica, diversa e densa. No caso do Iajes, por exemplo, a pesquisa foi feita em um acervo remanescente, na época desorganizado e em avançado estado de perecimento. Toda a documentação do instituto e dos movimentos populares ligados a ele estava alojada em um galpão de 180 m² que outrora servira para o beneficiamento de arroz de uma cooperativa criada pela entidade e desativado desde 1996. Apesar de desorganizado, o acervo revelava uma riqueza inestimável, tanto pela grande quantidade de documentos quanto pela sua diversidade tipológica e de suportes.

Para realizar a pesquisa, foi necessário um recorte profundo na escolha e utilização dessas fontes, em que privilegiei os documentos escritos (na maioria, impressos) produzidos pela própria entidade e cuja a finalidade imediata apontava para a reflexão e relação das

atividades cotidianas do instituto, somando mais de 800 páginas de documentos estudados. As análises das milhares de fotos, slides, filmes, manuscritos, correspondências e periódicos foram negligenciadas ou, minimamente, proteladas para pesquisas posteriores. Isso mostrava o quão “provisória” e incipiente havia sido essa primeira empreitada com o objeto estudado e ainda apontava para duas outras direções. A primeira, e mais imediata, assinalava a importância de uma recuperação e um adequado “alojamento” dessa documentação em ambiente apropriado para evitar o perecimento e possibilitar a sua utilização às futuras pesquisas que se seguiriam. Tudo isso foi realizado ainda em 2006, com o projeto elaborado na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas (a 40 Km de Andradina – SP), junto com os alunos da Graduação em História, acompanhado pelos próprios integrantes dos movimentos e em parceria com a Fundação Getúlio Vargas. Os subsídios da Fundação possibilitaram efetuar, sob a forma de mutirões, a separação, a limpeza, a primeira catalogação e o acondicionamento das fontes no Núcleo de História José Honório Carneiro, dentro da Universidade. Apesar de muito trabalho pela frente, a preocupação com a conservação dessa memória constitui uma etapa bem sucedida tanto para os movimentos populares quanto para os intelectuais envolvidos no processo.

No entanto, uma segunda direção apontada pelo conjunto acumulado dessas experiências registradas revela um novo objeto a ser descortinado. Trata-se de promover uma profunda reflexão sobre a própria produção, instrumentalização e os destinos dessas documentações produzidas e acumuladas no processo histórico em questão. Ora, se o estudos acerca dos movimentos populares e dessa “nova esquerda” devem levar em consideração todas as experiências de lutas que revelem esses sujeitos como personagens da cena política do pós 1964, será ainda preciso empreender um esforço para a compreensão dos modos diversos pelos quais esses sujeitos estão em luta. Vale então indagar que, se no contexto dessas lutas a “disputa pela memória” configura um espaço dialético de confrontos por identidades, legitimação e afirmação, não deveríamos mergulhar nele de forma a entender seus meandros, caminhos e problemas?

Nesse sentido, podemos nos valer de uma perspectiva construtivista apontada por Michel Pollak, que não se limitaria mais em

lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se

opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade (POLLAK, 1989: 02).

Apesar de apontar, aqui, a história oral como uma alternativa de reabilitação para o que Pollak chama de “batalhas da memória”, é possível conferir às fontes produzidas no bojo desse movimentos como interlocutoras ou portadoras das vozes desses sujeitos nos processos em que emergem os conflitos, as contradições e as competições entre as “memórias concorrentes”³.

Assim, ao compreendermos o campo da memória como um espaço das lutas sociais, políticas e culturais travadas pelos sujeitos e pelos grupos em disputa, a preocupação com o processo de sua produção torna-se um objeto repleto de novas possibilidades aos historiadores e cientistas sociais que se debruçam sobre o tema. Outrossim, não se trata mais de apenas compreender, contar e analisar as histórias desses grupos, mas de procurar perceber como e por quê os sujeitos registraram, acumularam e significaram a gama dessa memória documental utilizada pelos intelectuais em suas pesquisas.

Na tentativa de abrir os caminhos para pesquisas que fossem nessa direção, Janice Gonçalves assinala que:

*No dia a dia das entidades, a produção de registros documentais é consequência direta do exercício de sua atividade e freqüentemente busca cumprir objetivos bastante imediatos. Faz-se a reunião e elabora-se a ata, com o intuito de registrar o que foi discutido e decidido, e também para dar fundamento às atividades que concretizarão as decisões (gerando, provavelmente, outros tantos documentos: cartas, comunicados, circulares, resoluções etc.). Elaboram-se um manifesto e recolhem-se assinaturas para um abaixo assinado: procura-se com isso intervir em situações concretas do tempo presente, **embora isso não impeça que haja no momento mesmo em que a ação se faz, uma perspectiva histórica mais ampla e uma “vontade de memória”, uma intenção de perpetuação da iniciativa.** E se os documentos assim produzidos são guardados – arquivados – certamente o são, antes de tudo, por necessidade da entidade, ligadas tanto às suas diretrizes (documentos programáticos) quanto a questões outras, aparentemente menores, e certamente apenas indiretamente vinculadas aos fins da entidade, mas decisivas para a consecução de seus objetivos (documentos vinculados a finanças, pessoal, materiais de consuno, bens patrimoniais, etc.). Portanto, como uma primeira resposta àquela indagação – “seria a preservação dos arquivos vinculados aos movimentos sociais de interesse apenas para pesquisadores?” – poderíamos responder: não, se a existência de arquivos decorre da própria existência das entidades ligadas aos movimentos sociais, sua adequada produção, organização, e disponibilização (no limite, sua preservação) é de interesse, antes de tudo, das mesmas entidades, de modo que possam realizar suas ações com maior eficiência (GONÇALVES, 2003: 02. Grifo meu).*

³ Sobre isso, consultar: POLLAK, 1989.

Ao problematizar essa questão, a autora possibilita, aos historiadores e cientistas sociais, algumas perguntas possíveis para o que poderíamos considerar como uma “meta reflexão”, ou “meta pesquisa”, pois ela abre esse campo de investigação com a superação da idéia de “pesquisa com fontes”, criando a idéia de “pesquisa sobre as fontes”. Apesar de bastantes incentivadoras para aqueles que pretendem compreender os “como” e “por quês” os movimentos sociais produzem e acumulam uma diversidade considerável de documentação, as palavras de Janice Gonçalves podem ainda ser acrescentadas com outros pontos-chaves para essa problemática, elementos que pude constatar nas próprias fontes do Iajes.

Em primeiro lugar, os movimentos sociais discutem sobre a documentação, sua importância, seus processos de produção. Deliberam acerca de suas possíveis utilizações e ainda, sobre o que deve ou não ficar à disposição tanto dos sujeitos que participam das lutas quanto dos intelectuais que dela se utilizam para as pesquisas. Os movimentos sociais objetivam a produção de suas memórias, ainda que embuídos de toda a subjetividade que lhes é concernente.

Ao tornar consciente o processo de produção de memória, os movimentos sociais podem revelar que lutam também no campo político-intelectual da produção do saber histórico, que não são apenas atores da cena política mas, ainda, autores que a escrevem, ou que, pelo menos, apontam as diretrizes para essa escrita, a influenciam. É claro que, do mesmo modo como é possível perceber a heterogeneidade e pluralidade dos homens e mulheres que compõem essas experiências de lutas, também é provável que os níveis de percepção e reflexão acerca da importância que se dá a este campo de atuação dentro dos grupos também poderá se revelar diversa, o que reitera a relevância de uma pesquisa sobre o tema, na medida em que os espaços das diferenças dentro do conjunto das experiências é muito caro ao pesquisador.

Em segundo lugar, ao emprendermos uma visão panorâmica das trajetórias dos novos movimentos sociais emergentes no pós-1964, podemos visualizar seus percursos, seus crescimentos e refluxos e, ao encontrar, nesses percursos, o grande movimento de retração a partir dos anos 1990, deparamo-nos também com a conseqüente crise dos arquivos e centros de documentação organicamente ligados a eles. Contudo, já é possível notar os esboços dos novos caminhos tomados por esses grupos e seus “lugares de memória” e a entrada do século XXI parece estar marcada por esse movimento. É possível que tanto o momento político latinoamericano atual (reemergência das esquerdas) quanto a acentuada produção intelectual em torno desse objeto (dois processos que de forma alguma podem ser desatrelados) estejam a contribuir para um impulso da rearticulação, seja desses movimentos populares, seja dos seus

centros documentais que carregam consigo (mas de forma dinâmica) suas memórias e histórias.

Em se tratando do Iajes, no processo de pesquisa, pude sentir o despertar desses grupos, que se puseram em rearticulação em algumas reuniões realizadas em 2006, após dez anos de “silêncio”, no acender de antigas preocupações e nas novas discussões e reflexões, em que tive a felicidade de participar como convidada. Mas ainda mais evidente foi a repercussão em torno da questão da documentação. Despertos pelo remexer da memória, os membros remanescentes da entidade repensaram suas posturas face à situação precária do acervo e criaram as oportunidades e as possibilidades dos processos que levariam à recuperação e reorganização desses documentos, contribuindo, de forma sistemática, na consecução do projeto que logrou a formação do fundo documental no “Núcleo de História José Honório Carneiro”.

Processos bastante semelhantes podem ser apontados aqui como exemplo. O caso do Centro Pastoral Vergueiro (CPV), hoje denominado Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, constitui-se como um dos mais representativos desse quadro que acabo de expor. Fundado em 1973 para a produção e abrigo de acervos e materiais dos (e para) os movimentos populares da cidade de São Paulo, alastrou-se como difusor da rica diversidade documental nas redes de movimentos sociais que se formavam nos anos 1980, época de grande expansão dessas experiências. Um breve relato dessa experiência encontra-se no item “História”, presente no projeto de sua reanimação:

Entre 1976 a 1989, o CPV percorreu um ciclo de ascensão e declínio, concomitante com os movimentos populares e sindicais. Nesse período, o CPV deu a sua contribuição com o seu trabalho de então, sua infraestrutura e, por vezes, seu dinheiro e seu nome, na criação e organização das oposições sindicais na cidade e no campo, que redundou na criação da CUT, e deixou a sua marca no fortalecimento das organizações classistas no embate com as posições políticas moderadas. O refluxo dos movimentos sociais na década de 90, a ascensão do neoliberalismo, a dificuldade de readequação do papel da entidade às mudanças da conjuntura, ao lado das dificuldades de financiamento de seu trabalho, levaram o CPV a diminuição significativa das atividades, reduzindo o seu orçamento e seu pessoal. A ponto de não existir nenhum funcionário contratado e sobrevivendo graças ao trabalho de um corpo de voluntários. (...) Hoje, o CPV funciona em regime de plantão, e o atendimento é realizado na medida das possibilidades. Nossa tarefa tem sido de realizar gestões para que continuemos cumprindo a missão junto às organizações dos trabalhadores por meio de projetos em parcerias (CPV, 2007: s/p.)⁴.

A entidade trabalha, atualmente, no enfoque da reorganização e rearticulação da memória das experiências com que contribuíra nos anos 1970 e 1980, através de um plano

⁴ Trecho retirado do site: <http://www.cpvsp.org.br>.

bienal (2006-2007) que visa “*alimentar o movimento social com o registro de suas ações presentes e passadas visando a transformação social. Esse é o ofício do CPV e constitui sua contribuição fundamental*” (CPV, 2007: s/p).

Experiências como essas e outras evidenciam o novo momento vivido pela chamada “nova esquerda”, momento em que, apesar de não se negar como novidade, já propõe olhar-se no passado. Ou seja, a “nova esquerda” já teria constituído um “corpo de memória” significativo, devendo ela ser repensada, organizada, sistematizada, instrumentalizada e, vale dizer, não apenas pelos círculos acadêmicos, mas sobretudo pelas novas experiências que emergem valendo-se de uma legitimação que outrora não existia, a da memória dos novos movimentos sociais.

Acompanhar esses processos a partir de algumas experiências contemporâneas poderia reacender alguns debates acerca desse objeto, como a questão da institucionalização dos movimentos sociais, de seu caráter neovanguardista, do papel atribuído pelos intelectuais orgânicos, entre outros. Nesse sentido, uma pesquisa que pretende compreender os meandros da produção da memória dos movimentos populares não deverá abandonar as linhas teóricas concernente ao objeto, mas necessita ainda trazer para dentro dessas esferas de análise, discussões antes limitadas à História Cultural, ao campo da memória e dos arquivos.

Nesse viés, novas perguntas poderiam ser feitas a estas experiências. Elenco aqui apenas algumas delas:

1. Em que medida e condições os acervos e centros de documentação são instrumentos das lutas, de articulação ou rearticulação dos movimentos populares?
2. Quais são os papéis e as percepções dos diferentes sujeitos que compõem os movimentos populares diante das ações e reflexões sobre as práticas de memória desses grupos, desde a sua produção, passando pela sua organização, acomodação e utilização?
3. Como a memória dos movimentos populares disputam com as memórias ditas oficiais na construção do saber histórico?
4. Quais são estes instrumentos culturais e simbólicos operados pelos movimentos populares para produzir essa memória *a contrapelo*?

Muitas são as perguntas a serem feitas às experiências passadas e contemporâneas no processo de produção e reavaliação de seus arquivos, no entanto, limito-me a apresentar apenas uma introdução do assunto, no intuito de colocar em debate uma discussão que me parece ainda obscura mas bastante promissora. Vale lembrar ainda que, se meus interesses hoje repousam na produção de um projeto acadêmico que pretendo propor aos programas de doutorado, eles não se restringem aos empenhos acadêmicos. A pesquisa com as fontes do

Iajes me mostraram que o trabalho do intelectual pode reverberar de forma a sacudir lutas antes adormecidas e ainda criar novas demandas e, nesse sentido, pretendo continuar a caminhar junto com os movimentos sociais na busca não apenas por sua compreensão, mas também pelos caminhos que levariam ao “contrapoder” e à “contrahegemonia” impregnadas nas disputas pela memória e pela afirmação desses grupos como sujeitos históricos ativos, conscientes e autores de transformações propugnadas desde o século XIX.

Referências Bibliográficas:

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CENTRO de Documentação e Pesquisa Vergueiro. <http://www.cpvsp.org.br>. Acesso em 15/03/2007.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GONÇALVES, Janice. "História e memória dos movimentos sociais: em torno da preservação de seus registros". In: *ANAIS do II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais*. UFSC, Florianópolis: dezembro de 2003.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo. Vértice, 1990.
- HOBSBAWM, Eric. "A história de baixo para cima". In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". In: *Projeto história*. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica, 1993. p.7-27.
- OLIVEIRA, Mariana Esteves. *O grito abençoado da periferia: trajetórias e contradições do Iajes e dos movimentos populares na Andradina dos anos 1980*. Maringá, 2006. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá.
- POLLAK, Michael. "Memória, Esquecimento e Silêncio". *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1989, Pp. 03-15.
- SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SINGER, Paul. *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração/comemoração": as utilizações sociais da memória. *Rev. Bras. Hist.*, 2002, vol.22, no.44, p.425-438.
- THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.